

POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: REFLEXÕES SOBRE A APAJ/RNⁱ

TOURISM POLICY, PLANNING AND MANAGEMENT IN PROTECTED NATURAL AREAS: REFLECTIONS ON THE APAJ/RN

Ana Neri da Paz Justinoⁱⁱ. Maria da Conceição Paz da Silvaⁱⁱⁱ. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega^{iv}

| Palavras-chave | Resumo |
|--|---|
| Política. Planejamento e gestão; Áreas naturais protegidas. Turismo. APAJ. | O principal objetivo desta pesquisa foi analisar a política de planejamento e gestão das práticas turísticas existentes na Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ), Estado do Rio Grande do Norte, enquanto espaço natural protegido. A construção contou com a triangulação da conjectura teórica e documental acerca da temática, aliada à incursão no objeto a partir da observação participante e concatenação de informações por meio de sensoriamento remoto e análise de conteúdo na rede mundial de computadores. Os resultados indicam que ainda há um caminho a ser executado na APAJ, no que se refere a implementação de uma política de planejamento e gestão que considere a teoria construída sobre a temática ambiental nos últimos trinta anos, uma vez que embora apresente um dos melhores aparelhamentos normativos do estado do Rio Grande do Norte a área ainda carece de uma gestão do turismo compartilhada e corresponsável por parte de seus atores sociais representativos, a citar como exemplo, a inexistência de um programa de visitação turística. |
| ISSN 2594-8407 | |
| Revisado por pares | |
| Submetido 25/05/2021 Aprovado 14/06/2021 Publicado 30/06/2021 | |

| Keywords | Abstract |
|---|---|
| Policy. Planning and management. Natural protection areas. Tourism. APAJ. | <p><i>The main objective of this research was to analyze the existing policies in place related to planning and management of tourism activities in the Environmental Protection Area of Jenipabu (APAJ) in the state of Rio Grande do Norte, Brazil, as a protected natural space. Construction of this study began by triangulating the conjecture of theory and documents surrounding the topic, as well as participant observation and by linking information from remote sensing and content analysis readily available on the internet. Results indicate that there is still work to be done toward implementing a planning and</i></p> |

163

management policy that considers the existing environmental theory from the last thirty years given that. Although the APAJ has one of the best normative devices in the state of Rio Grande do Norte, the area still lacks shared and co-responsible tourism management among its representative social stakeholders, for example it continues to lack a tourist visitation program.

INTRODUÇÃO

As áreas naturais protegidas se inserem no cenário que traz como desafio à humanidade criar mecanismos que possibilitem sua convivência harmônica com a natureza. Como consequência surge a necessidade de políticas de planejamento e gestão de suas formas de uso. Como prerrogativa do entendimento de tais necessidades, na virada do milênio, o Brasil criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), inserindo-se assim no cenário internacional emergente na última década do século XX. Uma das formas de uso de grande parte dos espaços naturais protegidos é o turismo. Para tanto, o planejamento e a gestão para realização de tais práticas se fazem de significativa relevância.

Muitos estudos no turismo giram em torno de teses com o foco nas relações de poder entre os atores da governança e seus impactos para sua organização. É possível ainda verificar modelagens para implementação de políticas de planejamento e gestão do turismo sob a ótica da abordagem ambiental, cultural, social, econômica e infraestrutura (Bramwell & Sharman, 1999); (Hall, 2011); (Figueiredo & Nóbrega, 2015); (Conceição, Anjos & Anjos, 2019). Entretanto, no tocante às áreas naturais protegidas, ainda há considerável lacuna de análises que contemplam as práticas turísticas nesses espaços. Como foi possível observar a partir da revisão sistemática realizada em edições especiais dos periódicos *Journal of Sustainable Tourism* e do *Sustainability*, bem como, na busca geral no *Annals of Tourism Research*.

No Rio Grande do Norte (RN) a criação de espaços naturais protegidos, remonta à década de 1970, com a criação do Parque Estadual Dunas de Natal. A Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ) foi criada na década de 1990, sob influência das proposições da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92, que contemplou a instauração da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB). Esta trouxe como principal estratégia para conservação da biodiversidade a criação de espaços naturais protegidos, em especial, nos países em desenvolvimento, no que concerne à adoção de medidas protetivas a fim de atender a nova agenda global. Por seu relevante valor paisagístico a APAJ é um dos principais objetos de atratividade turística do estado do RN.

Como fora mencionado em momento anterior, do ponto de vista da investigação científica na pesquisa social do turismo, a escassez de investigações com o tema política, planejamento e gestão em áreas naturais protegidas se apresenta como uma limitação. Neste sentido, cumpre refletir em que medida as práticas turísticas desenvolvidas na APAJ atendem à agenda de planejamento e gestão proposta pelos estudiosos do turismo. Assim, este estudo objetiva analisar a política de planejamento e gestão das práticas turísticas existentes na APAJ, enquanto espaço natural protegido.

Os resultados indicam que a teoria construída nas últimas três décadas acerca de política, planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas ainda merece ser observada com muita atenção, considerando o contexto do objeto deste estudo, a APAJ. Verifica-se que os pressupostos básicos para uma implementação que considere elementos como corresponsabilidades de atores como mote para o desenvolvimento endógeno ainda precisam ser revisitados no caso da APAJ, conforme expostos nas seções posteriores deste texto. Portanto, o artigo se estrutura em cinco partes: introdução; percurso metodológico; reflexões teóricas sobre política, planejamento e gestão do turismo; reflexões sobre política, planejamento do turismo na APAJ; e considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

O constructo segue o caminho das concepções teóricas, registros documentais e factuais que permitiram a interpretação do fenômeno advinda de uma análise reflexiva acerca dos resultados encontrados. Para tanto, lança-se mão de um conjunto de atividades que compreendem desde à elaboração de um arcabouço teórico à incursão *in loco* através da observação participante, juntamente com a utilização de investigações eletrônicas e apoio de softwares. Tais estratégias se enquadram aos pressupostos da abordagem qualitativa de pesquisa utilizada para a análise do turismo enquanto fenômeno social (Richardson, 1985). Desse modo, a narrativa se constrói tomando por referência a análise metodológica acerca da dimensão ambiental e turística que incorpora temas como: política, planejamento, gestão, governança, turismo, áreas naturais protegidas, sob o alicerce do discurso desenvolvimentista emergente no final do século XX e início do Século XXI Diegues (2008) (Harvey, 2005, 2004, 1993), Redclift (2006), Escobar (2005).

Trata-se, portanto, de um estudo que contempla a análise das produções textuais/intelectuais num dado recorte temporal, Richardson (1985), além de contar com a observação *in loco* do fenômeno, por meio de visita técnica para vivência de práticas turísticas ali ofertadas^v, sob a lógica do diagnóstico enquanto estratégia de investigação que se propõe explorar o ambiente (Martins & Theóphilo, 2016). A pesquisa está assentada no estudo de caso que leva em conta as considerações de Flyvbjerg (1993) quando afirma que esta é uma forma das pessoas se tornarem especialistas em determinado assunto. Demo (1995) afirma que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais. Isso implica refletir que nas ciências sociais os processos não se encerram em si, como nas ciências naturais. Ao assumir uma abordagem epistemológica o pesquisador social parte do pressuposto de que há um todo descontínuo histórico inesgotável. No caso dos pesquisadores do turismo, desenvolver estudos com consistência e rigor epistemológicos vai garantir sua consolidação enquanto campo do conhecimento, para além da racionalidade produtiva que o considera como atividade/setor (Martoni & Perdigão 2019). Cumpre destacar, que em razão da contextualização do objeto se faz mister a adoção de experiências metodológicas que abarquem perspectivas pós-estruturalistas de análise (Losekann, 2012).

Assim, o levantamento teórico contempla a apreciação da literatura acerca das unidades de pesquisa em questão, bem como, análise de edições especiais, em periódicos de referência, a citar *Journal of Sustainable Tourism* e *Sustainability*, publicadas em 2011 e 2019. Em

razão do alto fator de impacto científico para publicações de turismo sob o olhar das ciências sociais, como forma de evidenciar a existência dos discursos observados nas revistas anteriores, optou-se também pelo levantamento exploratório das mesmas unidades temáticas no periódico *Annals of Tourism Research*. No total, se analisa 41 artigos científicos. A busca pelas unidades temáticas elencadas para este estudo se dá por meio de uma ferramenta *online* chamada *wordclouds^{vi}*. Com este procedimento se chegou à delimitação de uma lista de palavras com maior número de aparições que revela 16 textos selecionados para análise. Ainda sob olhar diagnóstico, o estudo se utiliza da internet enquanto espaço de pesquisa a fim de levantar formas de comunicação em rede que possam contribuir para a caracterização das práticas turísticas existentes na APAJ. O que Flick (2013) classifica como internet 2.0, onde é possível se utilizar de novas formas de comunicação, como por exemplo, o uso de georreferenciamento e mídias sociais.

A mensuração dos dados levantados se dá por meio da análise documental, descrita por Bardin (1977) como sendo um procedimento que visa apresentar o conteúdo de um documento de forma diferente do original, bem como, reflexões acerca do levantamento empírico mencionado, por meio de anotações, registros fotográficos e de coordenadas geográficas. Além de diálogos informais com prestadores de serviços e representações na instância de governança da Área de Proteção Ambiental (APA), o que para Bardin (1977) se caracteriza como a sistematização de categorias a partir da visão apurada para o conteúdo da narrativa por meio da percepção do olhar dos sujeitos a partir da fala. Tais dados concatenam-se com o sensoriamento remoto e de conteúdo digital gerado na rede mundial de computadores, a World Wide Web (WWW), a citar: imagens de satélites georreferenciadas disponíveis no aplicativo Google Earth; sobreposição das imagens com o mapeamento das práticas de turismo na APAJ, elaborado a partir da marcação in loco, na imagem de satélite impressa e digitalização no programa QGis (Sistema de Informação Geográfica). Além disso, ainda com a utilização da WWW se explora como ocorre e se realiza as práticas turísticas através da oferta de produtos e serviços turísticos em agências virtuais^{vii}, bem como, de comunicações ressaltando a atratividade do espaço natural protegido no YouTube^{viii} e no TripAdvisor^{ix}.

Por fim, de posse de tais elementos, aliado com o constructo teórico em que se foi lançado mão, analisa-se a política de planejamento e gestão das práticas turísticas existentes na APAJ, enquanto espaço natural protegido. Assim, se reconhece as unidades temáticas anteriormente mencionadas nos textos, as bases de sustentação dos discursos, bem como, as abordagens e posicionamentos teóricos adotados pelos pesquisadores e articula-se com o diagnóstico realizado por meio do levantamento empírico.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Dentre os discursos mais propagados no século XXI, emerge o desafio à humanidade criar mecanismos que possibilitem sua convivência harmônica com a natureza. Tal premissa deixa implícita a necessidade do equilíbrio na utilização dos recursos naturais, pensado em seu uso pelas futuras gerações. Quando assume o uso do termo recurso, já se remete a um

caráter da valoração econômica, fato que por si só já merece profundas reflexões, uma vez que caracteriza uma noção antropocêntrica de posse. As áreas naturais protegidas, se inserem nesse cenário por terem consigo a missão de salvaguarda ambiental, e um dos fatores que os estudos apontam para que se alcance sucesso nesses espaços é a inserção do turismo no rol de atividades permitidas para uso público destas.

Os espaços naturais protegidos e a emergência do desenvolvimento sustentável

Historicamente a salvaguarda da natureza advém do Oriente, séculos antes de Cristo (Davenport & Rao, 2002), de acordo com os autores, os registros das primeiras áreas protegidas remontam às sociedades pré-agrárias na Ásia e no Oriente Próximo. Estes ainda acrescentam que sob a perspectiva do paradigma preservacionista moderno, a proteção dos espaços naturais emerge da forma ocidental de se entender o mundo, capitaneada pelo modelo americano de conservação na segunda metade do século XIX. Terborgh e Van Schaik (2002) indicam que o aumento significativo da extinção das espécies e o comprometimento da qualidade ambiental com a perda da biodiversidade justificam a criação de tais áreas, notadamente dos parques. Convém frisar, a esse respeito, que o entendimento de conservação ora implementado se alicerçava na ideia racionalista/cartesiana premente no discurso dos cientistas naturais, notadamente, àqueles pertencentes às ciências biológicas (Capra, 1982).

Num cenário de novas formas de consumo do espaço, as áreas naturais protegidas surgem como um bálsamo da conservação sob a égide do propósito da salvaguarda da natureza por meio da criação de espaços intocados, assentado no entendimento da preocupação para com o futuro da manutenção da vida no planeta. Diegues (2008) classifica tais espaços como “ilhas selvagens” afastadas do contato destruidor humano, cujo fim em si, não se resumia à proteção, mas, também, como válvula de escape para que os indivíduos pudessem se refazer após as rotinas estafantes das florestas de pedra surgidas com o impulso da Revolução Industrial. Com mais velocidade, a criação dos parques foi observada nos países considerados desenvolvidos. Entretanto, no período pós-guerras do século XX, com o fortalecimento do discurso preservacionista, os países considerados terceiro mundistas passam a ser foco de vultosos investimentos por parte de organismos internacionais a fim de garantir a salvaguarda ambiental global.

Neste período, Van Schaik e Rijksen (2002) evidenciam um fato que faz com se perceba a necessidade de se considerar a criação dos parques para além do prisma das ciências naturais, isto é, o questionamento moral acerca da exclusão dos residentes locais de dentro dos parques. Além disso, embalado pelo crescimento do movimento ambientalista das décadas de 1960 e 1970, é premente analisar a variável conservacionista do ponto de vista humano. Embora haja a necessidade de avançar nas estratégias de implementação destes espaços, cem anos depois, o modelo que continua sendo implementado é o proposto pelos Estados Unidos, fato que contraria o propósito pós-modernista (Harvey, 1993), cuja premissa é ultrapassar o modelo positivista, tecnocêntrico e racionalista do paradigma moderno.

Nessa perspectiva cabe trazer a fala de Escobar (2005), quando observa que o entendimento de globalização tem enfraquecido a premissa do lugar, o que seguramente traz consequências de difícil mensuração. Redclift (2006) aponta que a política ambiental se ergue no século XXI sob a égide dos discursos negociados na perspectiva dos interesses de grupos específicos, apoiados nos discursos de global e local, mais precisamente glolocal. Fato sobremaneira, excludente, e de maneira recorrente para as comunidades tracionais assentadas nos espaços declarados como naturais protegidos.

É importante pensar o processo de planejamento para gestão destes espaços de modo a não incorrer nas falhas apontadas por Van Schaik e Rijksen (2002), acerca da implantação do Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento (ICPDs): “a) engano que todos os integrantes da população estão interessados; b) falta de neutralização da corrupção de alto nível e exploração ilegal de recursos; c) impossibilidade de utilizar modelos de engenharia na concepção de projetos.” Refletir sobre essas questões remete a pensar os usos dos espaços naturais, incluindo-se aí sua utilização para fins turísticos e recreativos. A esse respeito Van Schaik, Terborgh, Davenport & Rao (2002), indicam a promoção do ecoturismo como um dos passos importantes que podem ser tomados para reduzir a pressão sobre um determinado parque, abrindo espaço para a reflexão acerca do planejamento e gestão do turismo nos espaços naturais protegidos.

O planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas

As áreas naturais protegidas incluem-se dentre os espaços propícios para se verificar a relação intrínseca entre o turismo e a natureza. O desafio dessa afirmativa consiste em aliar a prática responsável integrada à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade. O diálogo acerca da proteção destes espaços vigente nos séculos XIX e XX, compreendia a criação de áreas destinadas à proteção integral, nas quais somente algumas atividades humanas eram permitidas, como a visitação. Já no século XXI é preciso refletir sobre a revisão desse entendimento de intocabilidade das áreas naturais protegidas (Diegues, 2008), pois, a participação humana nestes espaços é importante para a qualidade da vida dos que buscam não só novas experiências com a natureza, mas a todos que ali convivem.

As discussões teóricas sobre política, planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas envolvem, sobremaneira, reflexões acerca da governança e da sustentabilidade como elementos norteadores do processo de tomada de decisão. Convém frisar neste aspecto, que a coletânea de *papers* publicada na edição do *Journal of Sustainable Tourism* aborda temas associados aos aspectos teóricos e conceituais; à governança do turismo em escalas nacional, regional e local; e à explicação das mudanças temporais na governança do turismo e na sustentabilidade e na aprendizagem social em tais processos (Bramwell & Lane, 2011).

A leitura dos estudiosos do turismo e do meio ambiente e, ainda, dos documentos governamentais fortaleceram o conhecimento de que as áreas naturais protegidas são formadas por territórios instituídos pelo poder público, na perspectiva dos Estados-Nação (Davenport & Rao, 2002), objetivando a preservação dos atributos ecológicos e das

populações tradicionais que nelas habitam. Diegues (2008) adverte que a visão americana de defesa das áreas selvagens excluía a presença do homem como o habitante desses espaços, principalmente das populações tradicionais como foi o caso do afastamento da população indígena quando da criação do Parque Nacional de Yellowstone, considerado como referência histórica do ponto de vista da implementação destas áreas protegidas no mundo moderno industrializado (Davenport & Rao, 2002). Tal apresentação não se dá para fins de modelagem a ser seguida, e sim no sentido da aprendizagem a partir da análise de erros e acertos em seu processo de criação.

O pressuposto para o planejamento nas áreas naturais protegidas traz como princípio a mobilização social e participação comunitária. Estas tornam-se evidentes à medida em que se instituem as instâncias de governança como premissa básica no gerenciamento do manejo dos recursos presentes nesses espaços, por meio de mecanismos que facilitem tal processo na prática. Graham et al (2003) discutem a governança como sendo uma metodologia de tomada de decisão por parte das sociedades e organizações (públicas e privadas). Esta sustenta-se nos princípios da legitimidade e voz, direção, desempenho, responsabilidade e equidade. Sendo assim, a instituição de instâncias de governança abre espaço para a tomada de decisão de forma participativa, responsável e democrática, fortalecendo a implementação de políticas públicas. Conceição, Anjos e Anjos (2019), discutem relações de poder entre os atores da governança nas regiões turísticas brasileiras desde sua implantação e seus impactos para a organização da organização turística regional no Brasil. Apresentando o caso da Colômbia, Restrepo e Clavé (2019) destacam que as instituições são importantes impulsionadores do desenvolvimento do turismo regional.

Alcançar esse pressuposto é atingir a premissa da governabilidade como forma de controle social e gestão compartilhada. Nepal (2000) sugere questões relacionadas às políticas e gestão devem ser resolvidas para promover equilíbrio regional no turismo e diversificar seu produto turístico. Fato que Krutwaysho e Bramwell (2010) discutem na perspectiva da implementação de políticas por meio de uma abordagem relacional "centrada na sociedade". Levando-se em conta o turismo, vale considerar a necessidade de protagonismo dos atores frente a perspectiva mercantil, favorecendo o desenvolvimento endógeno, através do fortalecimento da governabilidade (Figueiredo & Nóbrega, 2015).

Hall (2011) evidencia que isso está implícito na forma como o Estado media as relações entre os atores sociais impactados pelas políticas, no que diz respeito ao público/privado. Do ponto de vista das implicações práticas para estas necessidades, Bramwell e Sharman (1999) destacam que apesar dos benefícios gerados por meio da gestão participativa envolvendo as partes interessadas, há, entretanto, o desafio de se superar desequilíbrios por vezes existentes nos processos de gestão, de modo que, em alguns cenários, determinadas representações têm mais força política na proposição dos mecanismos de gestão, que nem sempre priorizam o bem comum. Tal fato materializa a necessidade de se compreender conceitualmente os significados de governança, e, por conseguinte, governabilidade, uma vez que estes serão os caminhos pelos quais o Estado poderá atuar no estabelecimento das políticas, a partir da seleção de instrumentos e indicadores para o alcance dos objetivos da política (Hall, 2011).

Figueiredo e Nóbrega (2015) tratam essa temática na perspectiva do turismo do desenvolvimento local e/ou endógeno, como sendo a máxima a ser preterida no âmbito do planejamento das políticas de turismo. Desse modo, é premente que as representações sociais assumam a sua parcela de responsabilidade para a implantação de um processo de planejamento desta natureza. Ademais, existe a necessidade de sensibilização e mobilização dos atores locais, pois, mesmo sendo de responsabilidade do Estado implantar as políticas de planejamento e gestão do turismo, sem a participação efetiva de todos que são impactados pela mesma, ela tenderá a não sair do papel. Quando se trata das áreas naturais protegidas vale destacar o discurso de Eagles (2009) ao enfatizar que se faz necessário aplicar um modelo de avaliação, a partir de princípios de governança aceitos, articulados com principais objetivos da proteção de um espaço natural, levando em conta a propriedade de recursos; as fontes de renda e identidade do órgão de gestão. O autor defende que ainda é preciso a implementação de estudos para a construção de uma abordagem universal acerca da governança em áreas naturais protegidas.

Para refletir esses pressupostos tomando por referência o contexto brasileiro é importante trazer a discussão o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) posto em prática por meio materializado através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000). Neste aspecto, vale considerar as peculiaridades do SNUC e suas tipologias de áreas naturais protegidas, denominadas em âmbito legal como unidades de conservação (UC)

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

Ainda é pertinente registrar que o SNUC se divide em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O segundo grupo será o foco da presente análise que será direcionada à tipologia APA, especificamente a APAJ, unidade de conservação implementada na onda do avanço dos pressupostos neoliberais do final de século XX.

Reflexões sobre política, planejamento e gestão do turismo na APAJ

Os espaços naturais protegidos, por sua essência de criação, e até mesmo por questões espaciais e de distribuição de território trazem consigo dificuldades e complexidades de gestão, cujos vieses se concentram em questões que vão da estrutura a processos técnicos da operação gerencial perpassando por entraves financeiros e sociopolíticos. No que se refere a gestão do turismo na APAJ, pode-se considerar sua inserção nesse cenário desafiador, tendo como ponto de partida as demandas para o alcance da gestão descentralizada e o compartilhamento global de informações.

APAJ enquanto espaço natural protegido

A UC da tipologia APA é uma modalidade de espaço protegido, que permite variadas possibilidades de uso, uma vez que esta tem por finalidade associar e compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, a fim de explorá-los garantindo a continuação do ambiente renovável e de seus processos ecológicos, garantindo a preservação de biodiversidade e de seus atributos de forma socialmente igual e economicamente possível (Brasil, 2000). Esse espaço têm o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, para conservação e preservação dos ecossistemas, protegendo as espécies, as paisagens e as características relevantes da natureza, além de incentivar pesquisas científicas e promover a educação ambiental e as atividades recreativas, e valorizando a cultura, a fim de desenvolvê-las de forma socioeconômica Brasil (2011). Uma das possibilidades de intervenção produtiva nesse tipo de área é o turismo. Tal evidência é um fator que emana atenção por parte dos gestores destes territórios, uma vez que seu desafio é conciliar os mais diversos interesses de modo a potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos causados pela pressão antrópica advinda do fluxo migratório de indivíduos em tais espaços naturais.

A APAJ foi criada em meio ao contexto alargado sobre conservação da biodiversidade, concordância entre cientistas e administradores, bem como, de pluralidade de categorias de áreas naturais protegidas (Drummond, Franco, & Oliveira, 2010). O mote de sua criação foi para ordenar o uso, proteger e preservar os ecossistemas de praias, mata atlântica e manguezal, lagoas, rios e demais recursos hídricos, dunas e espécies vegetais e animais presente nos municípios de Natal e Extremoz (Governo do RN, 1995). São 1.881 hectares, de considerável valor biológico, bem como, de singular beleza cênica (figura 01).



Figura 01: Limites da APAJ

Fonte: Adaptado IBGE (2020); IDEMA (2009)

A APAJ se insere em um dos principais destinos indutores do turismo no estado do RN (município de Natal) e faz parte de uma das cinco regiões turísticas, o Polo Costa das Dunas

(Governo do RN, 2016). De acordo com o Relatório da Empresa Consultoria Solimar International, contratada para a elaboração do Planejamento Estratégico e Marketing para o Turismo do Rio Grande do Norte, a existência e expansão das unidades de conservação merecem prioridade no sentido de apoiar o desenvolvimento turístico (Governo do RN, 2016). Considerando a paisagem, enquanto elemento que compõe a imagem turística, pode-se afirmar que a área natural em questão é um dos principais motivadores para as chegadas de turistas ao estado, como pode-se verificar nas figuras 02 e 03.

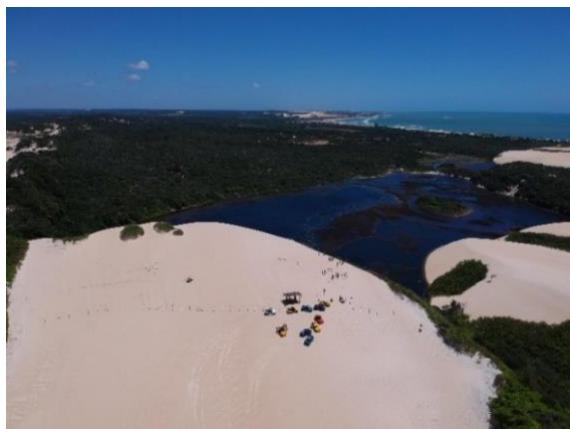


Figura 02: Aspectos paisagísticos APAJ
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

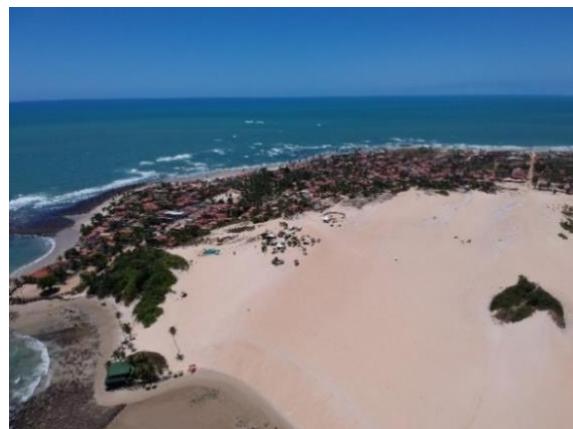


Figura 03: Aspectos paisagísticos APAJ
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A existência de uma área natural protegida leva a necessidade da criação de mecanismos de regulação. No caso da APAJ é possível afirmar que se trata de uma das áreas naturais mais bem aparelhadas do RN, uma vez que ela é dotada de Conselho Gestor (2006), Ordenamento e Disciplinamento do uso de veículos credenciados na área das dunas de Jenipabu (2006), Regimento Interno do Conselho Gestor (2007), Plano de Manejo (2009), Zoneamento Ecológico Econômico (2009). A gestão da APAJ é vinculada ao órgão ambiental estadual do RN, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), por meio do seu Núcleo de Unidades de Conservação (NUC). Vale neste momento, a reflexão de que embora seja uma das mais aparelhadas do ponto de vista do ordenamento jurídico, tal ação tem sido um processo lento ao longo dos seus quase 30 anos de criação.

Por se tratar de um espaço natural situado pelo SNUC como de Uso Sustentável, o ordenamento legal da APAJ surge com a perspectiva de compatibilizar o uso sustentável dos recursos naturais locais e a conservação da natureza. Neste caso, compete às deliberações do Zoneamento Ecológico Econômico definir os usos para o local. De acordo com o Plano de Manejo da APAJ “através do ordenamento da ocupação territorial pode-se minimizar os conflitos de uso e garantir a preservação de áreas de interesse ambiental, conciliando a proteção dos seus principais ecossistemas (dunas, lagoas, rios, mangues e praias) com o intenso uso turístico da região” (Governo do RN, 2009a). Assim, o zoneamento da APAJ divide sua área da APA em 05 (cinco) zonas, 03 (três) subzonas e 09 (nove) áreas distintas.

No que se refere à política, planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas, mote deste estudo, o ordenamento define que a

atividade turística: expressa no território, através da influência que exerce na determinação dos elementos e formas que definem a paisagem, tendo, portanto, implicações sociais, culturais, econômicas e ambientais, que modificam o espaço, além de influenciar diretamente no modo de vida das populações receptoras (Governo do RN, 2009b).

Desse modo, pode-se considerar que de acordo com o seguinte ordenamento, há possibilidade de práticas turísticas, cinco zonas elencadas no ato normativo. Tanto o zoneamento quanto o plano de manejo da APAJ indicam que tais usos se darão mediante a implementação de um programa de visitação turística. Entretanto, o estudo detectou a inexistência de tal mecanismo de planejamento e gestão para as práticas turísticas implementadas na área natural protegida.

REALIDADE DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS INSERIDAS NA APAJ

Como fora mencionado na seção anterior, inexiste na APAJ um programa de visitação turística. Assim, como forma de reunir as informações que compõem o escopo desta seção, buscou-se o levantamento documental primário para confecção do mapeamento ora proposto. Assim, foram demandados o Estado, por meio do órgão estadual de meio ambiente e do órgão estadual do turismo, bem como, dos órgãos municipais do turismo dos municípios que integram a APA, Extremoz e Natal. Como primeiro entrave se constatou a inexistência de dados por parte das secretarias de turismo do Estado do RN e do município de Natal. A primeira respondeu oficialmente, direcionando a demanda ao IDEMA, e a segunda não apresentou retorno oficial à demanda apresentada por meio de ofício, informando extraoficialmente que não havia dados sobre a APAJ em razão da oferta turística estar centrada no município de Extremoz.

Apesar disso, por meio de consulta informal ao setor de buggy-turismo da SETUR/RN, foi possível obter o quantitativo dos permissionários habilitados à oferta de passeios na APAJ. Em relação aos demais órgãos consultados, pode-se registrar que os mesmos apresentaram as seguintes informações: O IDEMA, por meio do NUC, declarou os quantitativos de permissões para exploração de atividades nos mirantes 1, 2 e 3; e a Prefeitura Municipal de Extremoz, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, apresentou os quantitativos de equipamentos de hospedagem, alimentação e lazer, além de serviços associados à oferta turística local.

Assim, de acordo com as informações recebidas tem-se o registro de 121 permissionários para exploração de atividades comerciais na área dunar; 350 buggys autorizados a realizar as trilhas contemplativas por dia^x; 10 equipamentos de hospedagem, 36 equipamentos de alimentação, 12 equipamentos de lazer (sendo grande parte da iniciativa privada), além de 27 serviços e equipamentos de apoio, 07 entidades representativas, juntamente com 418 prestadores de serviços autônomos (ambulantes, bugueiros e prestadores de serviço nos equipamentos de lazer) na orla das praias de Jenipabu e Santa Rita. Em síntese, o controle

por parte do Estado se divide entre prefeitura de Natal e Extremoz (área de praia); IDEMA/NUC (área dos mirantes); Setur/RN (serviço de buggy).

Os resultados demonstraram a inexistência de dados compartilhados por meio dos órgãos do Estado que compõem o Conselho Gestor da APAJ. O mesmo é composto por IDEMA, SETUR, representante do segmento das empresas de hospedagens e de alimentação, representante dos prestadores de serviços de passeios de buggy, representantes de entidades de moradores das comunidades de Natal e Extremoz, inseridas na APA e em seu entorno imediato, representantes de entidades ambientalistas sediadas em cada município, prefeituras dos municípios de Extremoz e Natal, câmara de vereadores dos municípios de Extremoz e Natal, IBAMA, Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e duas entidades de ensino e pesquisa que desenvolvem atividades na área da APAJ (IDEMA, 2020).

Quando se observa o cenário da gestão das práticas turísticas por meio da necessidade de consolidação e gerenciamento compartilhado de um banco de dados capaz de descrever de forma global a oferta de produtos e serviços na APAJ é possível refletir as preocupações de Graham et.al. (2003), Bramwell e Sharman (1999), Hall (2011), e Figueiredo e Nóbrega (2015), entre outros pesquisadores do turismo enquanto fenômeno social e suas implicações de planejamento e gestão. Além disso, os elementos constatados com a realização desse estudo levam a reflexões acerca do modelo institucionalizado de governança de áreas naturais no Brasil, com ênfase ao turismo enquanto objeto de análise.

Embora o estímulo à implementação do turismo nas áreas naturais protegidas faça parte das agendas de governo das três esferas de poder não há uma interlocução eficaz de tal premissa, uma vez que os planos e seus desdobramentos práticos não viabilizam tal intersecção. No caso da APAJ, percebe-se universos distintos e desarticulados de gestão com intervenções pontuais por parte do Estado. Fato que inviabiliza a tomada de decisão de forma participativa, responsável e democrática como demandam Graham et.al. (2003).

Apesar de pertencer a uma região turística, a representação da APAJ não se insere no processo decisório dela, o que leva a asseverar até que ponto os pressupostos da governança institucionalizada são compreendidos e implementados pelo Estado (Bramwell & Sharman, 1999). O inverso disso é a ausência de domínio de informações sobre as práticas turísticas na APAJ por parte de órgãos de turismo. Sinais de um modelo de gestão cartesiano (Harvey, 1993), onde inexiste entrecorte de atuação, fato deveras preocupante quando se observa que há representação no Conselho Gestor por parte dos citados órgãos.

Considerando a centralização de informações em atores específicos evidencia-se a inquietação acerca dos mecanismos de mediação das relações entre os atores sociais implicados no processo de gestão (Hall, 2011), de modo a pontuar uma possível inexistência de corresponsabilidades no processo de gestão, cujas reverberações de atuação podem se limitar à atuação as reuniões regimentais. Tal situação já era destacada em 2002 por Terborgh como uma das necessidades institucionais para a gestão das áreas protegidas, quando afirmava que “um administrador dedicado não pode fazer muito sem um orçamento adequado e sem pessoal treinado” (Terborgh, 2002). Isso leva a reflexão acerca da validade do modelo de gestão adotado na APAJ, uma vez que se trata da unidade de conservação com melhor aparelhamento institucional no estado do RN, o que demanda uma gestão

corresponável e compartilhada pelos atores sociais representativos nominados de Conselho Gestor.

As afirmativas supracitadas levam a crer que a criação da APAJ fez parte de um contexto internacional “conservacionista” alicerçado na premissa do discurso de governança emergente no final do século XX. Neste sentido, quando se pensa na gestão da APAJ que partilhe das teorias organizações de governança, fica difícil mensurar tais pressupostos do ponto de vista operacional do turismo. A literatura sobre governança traz consigo o aporte das teorias administrativas organizacionais, segundo ela, sua premissa básica reside no gerenciamento do manejo dos recursos por meio das corresponsabilidades dos atores sociais representativos para uma gestão que promova o desenvolvimento local. Beni (2006) estabelece um esquema com a maneira para atuar em comunidade, onde, os atores agem a partir das potencialidades do espaço social e territorial, como forma de determinar o espaço-comunidade, descobrindo e encorajando as potencialidades humanas, técnicas e científicas. Esse discurso indica que uma gestão centralizada no Estado não reflete a melhor forma de política, planejamento e gestão, no caso em específico, para o desenvolvimento de práticas turísticas.

A natureza das ocupações geradas pela oferta de práticas turísticas na APAJ leva ao questionamento acerca das premissas do desenvolvimento endógeno (Figueiredo & Nóbrega, 2015), uma vez que uma parcela considerável dos cidadãos vinculados a tais práticas está inserida na economia informal, o que representa considerável instabilidade em momentos de crise. Isso denota a visão utilitária dada aos espaços naturais protegidos sob a premissa do desenvolvimento sustentável. Fato que levou a interpretações negativas por parte das comunidades locais, especialmente quando se utiliza o discurso da globalização e da garantia universal dos recursos para os grandes projetos de implementação de parques naturais no terceiro mundo, pois, estes têm se colocado como uma reprodução dos processos imperialistas de colonização, o que Harvey (2004) classifica como a opressão via capital.

Diante da dificuldade de consolidação de informações por meio dos registros oficiais pertencentes aos atores sociais envolvidos com a gestão da APAJ foi empreendido um trabalho de campo, a fim observar o fenômeno *in loco*. A iniciativa se deu pela vivência de práticas turísticas oportunizadas pela visita à APA, bem como, do diálogo com lideranças vinculadas ao turismo. Tais momentos permitiram a geração de um banco de imagens, juntamente com a construção de um mapeamento específico acerca das práticas turísticas realizadas na APAJ. De posse de tais elementos, partiu-se para a triangulação das informações a partir do sensoriamento remoto e busca por conteúdo digital sobre a UC. Neste, foi possível articular as informações coletadas via órgãos de Estado, juntamente com as considerações pontuadas no levantamento de campo. A figura 04 representa tal afirmativa.

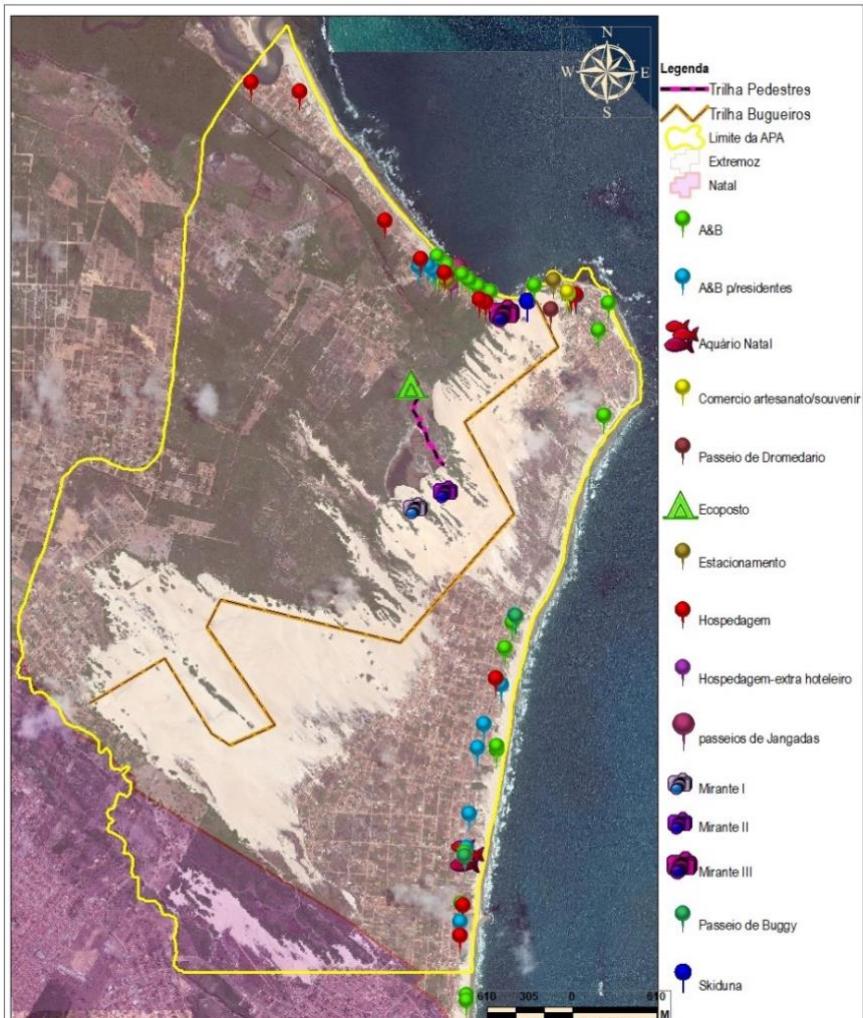


Figura 04: Caracterização das práticas de turismo na APAJ
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Além do mapeamento das principais práticas turísticas existentes na APAJ, o trabalho de campo fomentou a visualização e o entendimento de situações correspondentes ao fenômeno turístico na citada área natural protegida. De início, foi possível observar que, do ponto vista do entendimento dos prestadores de serviço, as práticas turísticas enxergadas na APA se restringem à área de dunas as praias das localidades de Santa Rita e Jenipabu, e a um equipamento de lazer específico na Redinha Nova. Fato que elucida, por exemplo, o entendimento do órgão municipal de turismo da cidade do Natal afirmar que a inexistência de práticas turísticas na área inserida no município.

Ademais, vale acrescentar que o próprio município de Extremoz não sinaliza a existência de outros equipamentos na área de praia da Redinha Nova. Entretanto, o trabalho de campo evidencia a existência de equipamentos de alimentação tanto na área em questão quanto em espaços não considerados por prestadores de serviços destinados à visitantes. O que traz a tela a percepção que na região há uma distinção clara entre equipamentos utilizados por

residentes e equipamentos utilizados por visitantes. Surge, neste aspecto, a discussão acerca da existência ou não de trocas simbólicas entre visitantes e residentes, uma vez que estes não se inserem na oferta de atrações e serviços turísticos. Por não se tratar do objeto desse estudo, a temática não será enfatizada. Seu trato foi no sentido de ilustrar a invisibilidade de determinado mobiliário por parte do poder público, sendo o fato deles serem utilizados apenas pelos residentes uma possibilidade de não contabilização nas informações oficiais acerca dos equipamentos e serviços disponíveis na APAJ. Isso pode ser justificado pelo fato de que apesar de se tratar de uma área natural protegida, as práticas turísticas ali existentes não se inserem na proposta do ecoturismo. Therborgh (2002) destaca o ecoturismo como uma forma de garantir o fortalecimento de grupos de apoio local para suporte no combate às frequentes ameaças a uma área natural.

Cumpre destacar que o Ecoposto^{xi} da UC, é de uso público e aberto à visitação de escolas e instituições com a oferta de uma sala de interpretação ambiental onde se pode visualizar várias espécies da fauna e da flora da região e que compõem os ecossistemas da APAJ (IDEMA, 2020). A partir do Ecoposto, também é possível a realização de trilhas interpretativas sob condução de orientadores de aprendizagem vinculados ao IDEMA. Um fato que o trabalho de campo evidenciou é que esses serviços não são ofertados aos visitantes que chegam à APAJ na condição de turistas, o que corrobora para ratificar a afirmativa de que às práticas turísticas ofertadas na APAJ não correspondem aos pressupostos ecoturísticos, discutidos por respeito Van Schaik et al (2002).

Diane dos resultados expostos neste estudo, pode-se inferir que a governança envolve, acima de tudo, a vontade política, a participação e o controle social, para a deliberação de políticas de gestão. Estas requerem a definição de objetivos, que orientem estudos a partir da elaboração de um diagnóstico da localidade em questão para, então, traçar metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo, cuja implementação deve estar articulada para o controle, monitoramento, avaliação e possíveis correções. Levando em conta a discussão de Harvey (2005) fica difícil compreender que tais pressupostos não estão assentados numa perspectiva retórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos três séculos representaram mudanças significativas para o entendimento da humanidade e das suas interações com meio biótico e abiótico. Isso implica num movimento histórico singular, do ponto de vista da organização social, política, do sistema produtivo e da distribuição espacial populacional. Ao século XXI, se apresenta à humanidade o desafio de criar mecanismos que possibilitem sua convivência harmônica com a natureza. A criação de espaços naturais protegidos ganha força com essa missão, sendo o turismo um dos usos passíveis de promover tal pressuposto.

A discussão em tela foi construída com o intuito de analisar a política de planejamento e gestão das práticas turísticas existentes na APAJ. Esta demonstrou a necessidade de que os atores sociais impelidos da prerrogativa de gestão do espaço natural protegido revisitem a teoria construída para fins de implementação do turismo, consonante com os pressupostos da corresponsabilidade de gestão que reverbera no desenvolvimento endógeno.

Um dos elementos base para tal gestão se dá no controle global e gerenciamento compartilhado das práticas turísticas ali existentes por meio de banco de dados atualizado de forma célere e constante, que represente a inventariação da oferta de atratividade turística na área. Esta por sua vez, deve ir além das prerrogativas mercadológica, uma vez que o estudo constatou que há iniciativas que são desenvolvidas e não são de conhecimento do visitante na condição de turista. Vale acrescentar que, se consideradas as trocas simbólicas, exceto por meio de prestadores de serviço, inexiste o contato do turista com o residente.

Considerando que a APA se insere no rol de espaços protegidos com melhor aparelhamento normativo do RN, cumpre a reflexão acerca da validade do modelo de planejamento e gestão do turismo nessa categoria de UC. Vale ressaltar que por se tratar da análise de um caso específico, é possível que esta não seja a realidade global desse tipo de categoria de área natural protegida. Entretanto, o mesmo deixa o alerta para como se coloca o turismo em um espaço de uso tão difuso como é o da APA. Por fim, é importante destacar que diante da complexidade da dinâmica do turismo enquanto fenômeno social a realidade ora apresentada seja positivamente ressignificada.

REFERÊNCIAS

- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Bramwell, B., Sharman, A. (1999). Collaboration in local Tourism policymaking. *Annals of Tourism Research*, 26, 2, 392-415.
- Bramwell, B., Bernard, L. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability, *Journal of Sustainable Tourism*, 19, 4-5, 411-421.
- Brasil. IBGE. (2020). *IBGE: mapas, bases e referenciais*. Recuperado em 24 junho de 2020, de <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais>
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2011). *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto no 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006*. Brasília: MMA/SBF. Recuperado em 23 de setembro de 2019, de <https://bit.ly/2Uf4Q21>
- Brasil. (2000). *Lei 9.985 de 18 de julho de 2000*, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA/IBAMA. Recuperado em 23 de agosto de 2019, de <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>
- Conceição, C. C., Anjos, F. A., Anjos, S. J. G. (2019). Power Relationship in the Governance of Regional Tourism Organizations in Brazil. *Sustainability*. Basel, Switzerland, 01-15. Recuperado em 13 de junho de 2019, de <https://doi.org/10.3390/su11113062>
- Davenport, L., Rao, M. (2002). The History of Protection: Paradoxes of the Past and Challenges for the future. In: Terborgh, J. et al. *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.
- Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

- Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno da natureza intocada*. (6.a ed.). São Paulo: IUGITEG/NUPAUB.
- Drummond, J. A. Franco, J. L. de A.; Oliveira, D. de. (2010). *Uma Análise sobre a História e a Situação das Unidades de Conservação no Brasil*. UnB aprender. Recuperado em 02 de agosto de 2019, de <https://bit.ly/3hlFpUz>
- Eagles, P. F. J. (2009). Investigating governance within the management models used in park tourism. Ontario: *Social Sciences and Humanities Research Council*.
- Escobar, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso.
- Figueiredo, S. L., Nóbrega, W. R. M (2015). Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: Figueiredo, S. L.; Azevedo, F. F. Nóbrega, W. R. M (Org.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA.
- Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia da Pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.
- Flyvbjerg, B. (1993). Sócrates não gostava do método de Estudo de Casos: por que você gostaria? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 74, 177 <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1198>
- Governo do Rio Grande do Norte. IDEMA. (2020). *Área de Proteção Ambiental Jenipabu – APAJ: Conselho Gestor*. Recuperado em 02 de junho de 2020, de <https://bit.ly/3y54UAj>
- Governo do Rio Grande do Norte. SETUR/RN. (2016). *Planejamento estratégico e Marketing para o Turismo do Rio Grande do Norte*. Recuperado em 02 de setembro de 2019, de <https://drive.google.com/file/d/0Bz4OInUcspnwVXQ2LUUzSFFIOTg/view>
- Governo do Rio Grande do Norte. IDEMA. (2009a). *Plano de Manejo APAJ*.
- Governo do Rio Grande do Norte. IDEMA. (2009b). *Zoneamento Ecológico Econômico APAJ*.
- Governo do Rio Grande do Norte. IDEMA. *Decreto Estadual Nº 12.620 de 17 de maio de 1995, Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Genipabu*. Natal: IDEMA. (1995). Recuperado em 02 de setembro de 2019, de <https://bit.ly/3x6xi4Q>
- Hall, C. M. (2011). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis, *Journal of Sustainable Tourism*, 19, 4-5, 437-457.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. (2.a ed.). São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Harvey, D. (1993). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Krutwaysho, O.; Bramwell, B. (2010). Tourism policy implementation and society. *Annals of Tourism Research*, 37, 3, 670-691.
- Losekann, C. (2012). Teorias e métodos a partir do pós-estruturalismo – uma introdução ao tema da ciência e do discurso. 1, 1. GETPol - *Anais do Colóquio do Grupo de Estudos de Teoria Política*.
- Martins, G. A., Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. (3.a ed.). São Paulo: Atlas.
- Martoni, R. M., & Perdigão, P. M. M. (2019). Teorias do turismo: os espelhos dos métodos, *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, n. 26 (junio/junho 2019). Recuperado em 02 de setembro de 2020, de <https://bit.ly/3h6lgD7>

- Nepal, S. K. (2000). Tourism in protected areas. *Annals of Tourism Research*, 27, 3, 661-681.
- Redclift, M. R. (2006). Os novos discursos da sustentabilidade. In: Fernandes, M.; Guerra, L. *O contra-discurso do desenvolvimento*. (2a ed.). Belém: Associação de universidades amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
- Restrepo, N., Clavé, S. A. (2019). Institutional Thickness and Regional Tourism Development: Lessons from Antioquia, Colombia. *Sustainability*. Basel, Switzerland, 01-25. Recuperado em 13 de junho de 2019, de <https://doi.org/10.3390/su11092568>
- Richardson, R. J. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Terborgh, J., Van Schaik, C. (2002). Why the World Needs Parks. In: Terborgh, J. et al. *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.
- Terborg, J. (2002). Overcoming impediments to conservation. In: Terborgh, J. et al. *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.
- Van Schaik, C., Rijksen, H. D. (2002). Integrated Conservation and Development Projects: Problems and Potential. In: Terborgh, J. et al. *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.
- Van Schaik, C., Terborg, J., Davenport, L.; Rao, M. (2002). Making Parks Work: Past, Present, and Future. In: Terborgh, J. et al. *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.

ⁱ Artigo aprovado e apresentado no 14º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu (Festival das Cataratas), aprovado para ser submetido à Revista Ateliê do Turismo de acordo com o sistema *Fast Track*.

ⁱⁱ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: ananeripesquisa@gmail.com

ⁱⁱⁱ Licenciada e Bacharela em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora. do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: mcpazsilva@gmail.com

^{iv} Doutor em ciências do desenvolvimento sócioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA (2012). Professor do departamento de turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, campus Natal e do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Realizou em 2018 um estágio pós doutoral (PNPD/CAPES) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA / UFPA, com intercâmbio no Crime and Security Research Institute, Cardiff University (Reino Unido).

^v Análise empírica realizada a partir dos resultados da pesquisa "A oferta de produtos e serviços turísticos como elemento do uso público na APA de Jenipabu", financiada pela Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar (FUNDEP), autorização de pesquisa Nº 49/2018 do



órgão ambiental do estado do RN (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA/RN).

vi <https://www.wordclouds.com/>

vii Booking.com. <https://www.expedia.com>

viii <https://www.youtube.com>

ix Tripadvisor.com

x Decreto No 19.346, de 12 de setembro de 2006. Aprova a Norma que ordena e disciplina o uso de veículos credenciados na área das dunas de Jenipabu e dá outras providências.

xi Em termos de infraestrutura, esta Unidade de Conservação dispõe de uma sede, o Ecoposto, localizado no município de Extremoz/RN. O Ecoposto é um conjunto de três prédios em uma mesma área, composto por uma sede administrativa, uma casa do pesquisador e uma casa para alojamento da Companhia Independente de Proteção Ambiental – CIPAM (IDEMA, 2020).